



III Jornada Internacional
Semântica e Enunciação



2021



PROPOSTA DO SIMPÓSIO TEMÁTICO:

ACONTECIMENTO E ARGUMENTAÇÃO: POLÍTICAS DISCURSIVO-ARGUMENTATIVAS DO ÓDIO

Phellipe Marcel da Silva ESTEVES (UFF / CONTRADIT)

Luciana NOGUEIRA (UNIVÁS / CONTRADIT)

RESUMO: Neste simpósio reuniremos trabalhos que analisem, de diferentes formas, a relação entre argumentação e acontecimento no que diz respeito àquilo que estamos chamando de políticas discursivo-argumentativas do ódio. Tratamos a enunciação como acontecimento, considerando sua relação com o interdiscurso e os enunciados que se entrecruzam em um momento dado (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 1989). Não se trata, portanto, do ato de dizer algo a alguém, isto é, de se considerar o ato de dizer, mas de pensar então o sujeito e suas manifestações pela língua. Ao considerarmos que o sujeito se manifesta pela língua, estamos tomando como pressuposto não apenas que os gestos de linguagem de violência substituem violência física, numa possível relação com atos de fala, mas que um discurso de ódio materializa a violência, especificamente a violência de Estado. Na contemporaneidade, o Estado tem sido explicitado como lugar não apenas de reprodução das condições de existência, dos meios de produção e exploração, mas também do ódio. Para Safatle (2017), no estágio distópico do neoliberalismo, ele encontrará na extrema direita seu aliado preferencial. “Sua gestão social será a de uma guerra civil contínua. Ele aprimorará sua incitação do terrorismo para criar alguma forma de coesão social. (...) nossos governos produzem o terrorismo através de sua lógica militarista e intervencionista, através da naturalização do racismo ordinário, que ganha cada vez mais direito de circulação, ampliando os efeitos do ressentimento social” (SAFATLE, 2017, p. 33). Uma política discursivo-argumentativa do ódio, em discursividades que, em nossa releitura de Žižek (2011 [2009]), recodificam a estrutural oposição econômica de classe numa oposição entre “conservadores” nos costumes e “progressistas” nos mesmos: “Assim, o inimigo é visto como a elite “liberal” que, por meio da intervenção federal do Estado (dos ônibus escolares às leis que obrigam o ensino em sala de aula da teoria darwinista e de práticas sexuais perversas), quer minar o autêntico estilo de vida norte-americano” (ŽIŽEK, 2011 [2009], p. 38). Consideramos que a diretividade do dizer que se formula na argumentação pela enunciação tem suas consequências marcadas linguisticamente, e vão parar nos corpos, nas vidas e nas mortes. A antecipação que se dá através de relações imaginárias, no processo de argumentação no discurso, é um modo de analisar essas questões, pois a antecipação é um mecanismo que regula e dirige o processo de argumentação (ORLANDI, 2002). Como podemos pensar as políticas de ódio se formulando nesse jogo de imagens, no acontecimento?

PALAVRAS-CHAVE: Argumentação. Acontecimento. Enunciação. Discurso. Políticas do ódio.



III Jornada Internacional
Semântica e Enunciação



2021



RESUMOS APROVADOS:

**“NÃO FOI ISSO QUE EU QUIS DIZER”:
UMA ANÁLISE SOBRE A “INTENCIONALIDADE”
NO DISCURSO DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO**

Alexandra Aparecida de Araújo Figueiredo¹

Marcos Lúcio de Sousa Góis²

RESUMO: Este trabalho problematiza o conceito de “intencionalidade” proposto por John Searle (1992) para compreender como esse termo tem sido utilizado em estudos das linguagens e dos discursos. O filósofo investiga a “intencionalidade” considerando sua dimensão pragmática no interior da filosofia da linguagem, precisamente, dos atos de fala. A questão da intencionalidade possui certo relevo na filosofia tradicional, conforme pontua o próprio Searle, e tem sofrido reflexão de inúmeros pesquisadores, tais como Edmund Husserl (1995) e Merleau-Ponty (1997). Cada investigador que mobiliza a “intencionalidade” faz isso diferentemente, o que permite inferir pelo caráter não delimitador do conceito, ou seja, sua ampla extensão, permitindo, desse modo, agregar vários sentidos. Considerando a flexibilidade de uso do termo “intencionalidade”, a proposta é analisar o discurso do Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, sobre a questão do racismo e da democracia e os efeitos de sentido produzidos. Isso porque tais discursos foram retificados sob a justificativa de que “não foi isso que eu quis dizer”, ou seja, a intenção não era aquela. Contudo, tanto o imaginário instituído ao sujeito falante, quanto as condições de produção não permitem outros efeitos de sentido fora das Formações Discursivas de manutenção do *status quo*. Assim, o objetivo é compreender o funcionamento do conceito de intencionalidade sugerido por John Searle e sob o viés da Análise do Discurso (AD), mais precisamente a partir da proposta do analista Sírío Possenti (1996), pois segundo ele, na análise de um texto-discurso, é possível considerar tanto os fatores linguísticos quanto os históricos, os psicanalíticos e, do mesmo modo, os pragmáticos. Desse modo, entendendo a “intencionalidade” como imanente à linguagem humana, visto estar associada à intencionalidade da mente, como defendido por Searle, e diante da extensividade do conceito, é pertinente refletir sobre a proposta de conjunção da pragmática com a AD postulada por Sírío. Logo, sistematizar os possíveis diálogos e, principalmente as distinções entre as áreas, torna-se pertinente no sentido de evitar inadequações ao empregar a “intencionalidade”.

PALAVRAS-CHAVE: Intencionalidade. Linguagem. Filosofia. Análise do Discurso.

1 Pós-Doutoranda em Letras pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Linha de pesquisa: ESTUDOS DE LÍNGUA(GENS) E DISCURSO. E-mail: alexandraap1@hotmail.com

2 Supervisor do Estágio de Pós-Doutoramento. Professor associado na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. E-mail: marcosgois@ufgd.edu.br

ACONTECIMENTO E ARGUMENTAÇÃO:
POLÍTICAS DISCURSIVO-ARGUMENTATIVAS DO ÓDIO
O CRIME, O ÓDIO E O FAZER POLICIAL

Aretuza Pereira dos SANTOS (Escola Municipal Profª Maria Elizabete)
aretuzap@yahoo.com.br

RESUMO: Cada vez mais, somos bombardeados por noticiários que trazem ao público situações em que o policial militar aparece como bandido, criminoso, assaltante, desordeiro, dentre outros, dando visibilidade à relação conflituosa entre a polícia, a política e a sociedade. Nesse sentido, o Estado não se insere num lugar apenas de reprodução das condições de existência, dos meios de produção e exploração, mas também de excitação ao ódio através de suas práticas repressivas. Com efeito, se o Estado utiliza-se da força repressiva para exercer o poder coercitivo sobre a massa trabalhadora, o que fazer/dizer quando esta mesma força é o pivô da desestabilização do Estado e a sociedade, uma vez que conforme Althusser (1970, p.65) “os militares, polícias, políticos e administradores são os agentes da repressão e estão a serviço da elite capitalista”? Propomos discutir sobre o que se mantém, apaga e ressignifica em alguns dizeres que circulam quando as ações policiais ocorrem e/ou resultam em crimes que suscitam o repúdio, o medo e o ódio à população. Afinal, quais sentidos estão em disputa quando circula socialmente a expressão “*Quando a polícia torna-se criminosa*”? Como as ações consideradas criminosas, praticadas por policiais militares, na atual conjuntura, significam para e por sujeitos e como os sentidos vão se filiando a tantos outros sentidos regulados sócio-historicamente? A Análise do Discurso, enquanto prática de compreensão histórica dos processos semânticos, nos permite compreender como essas tensões sociais se processam no campo da linguagem. Selecionamos notícias de violência e abuso de poder envolvendo essa categoria, a fim de buscar pistas que ajudassem a compreender como e através de que elementos textuais e discursivos afloram tensões entre a polícia e a sociedade, a partir dos comentários de leitores em relação às práticas empreendidas na forma de agir, de ser e do fazer policial. Dentre os resultados, evidenciamos, que o jogo discursivo entre os sentidos atribuídos aos crimes praticados por policiais contribuiu singularmente para dar visibilidade de como ocorre o imbricamento da língua com a história, indispensáveis à compreensão do processo de construção e produção de sentidos; e como o histórico e o linguístico estão presentificados no discurso, não de modo alheio ou exterior ao que está sendo investigado, mas como parte intrínseca.

PALAVRAS-CHAVE: Sentidos. Crime. Polícia Militar. Ódio.

O DISCURSO POLÍTICO DA EXTREMA-DIREITA BRASILEIRA NA ATUALIDADE

Argus Romero ABREU DE MORAIS (Universidade Federal de São João del Rei)
argusromero@yahoo.com.br

RESUMO: No presente estudo, almejamos compreender a atual movimentação simbólica dos grupos sociais considerados mais extremistas na direita política brasileira, os quais têm conseguido se afirmar com bastante representatividade no debate público no país. Para tanto, investigaremos a organização interdiscursiva e argumentativa dos posicionamentos de um dos principais representantes da extrema-direita brasileira, o antigo Deputado Federal e atual Presidente da república Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal–PSL). Nesse intuito, inicialmente, definiremos o que entendemos por extrema-direita política brasileira na atualidade; em seguida, caracterizaremos seu discurso como uma interface entre interação discordante, nos termos de Emediato (2011), e discurso intolerante, conforme proposta de Barros (2007); por fim, analisaremos o *corpus* selecionado. Para Arantes (2014, p. 1), as manifestações de junho de 2013 foram responsáveis pela eclosão do que chama de “Nova Direita” no Brasil, isto é, “uma direita não convencional, que não está contemplada pelos esquemas tradicionais da política”, almejando evitar qualquer mudança no *status quo* da sociedade brasileira. Ribeiro (2015), por sua vez, assevera que, enquanto o diálogo é possível entre grupos moderados de direita e de esquerda, o extremismo político inviabiliza qualquer tentativa de construção de uma pauta comum. Löwy (2015, p.663) ressalta que, no Brasil, diferentemente da Europa, não existem partidos políticos constituídos exclusivamente em torno de pautas raciais, de modo que “o elemento mais preocupante da extrema-direita conservadora no Brasil, que não tem um equivalente direto na Europa, é o apelo aos militares”. Apesar disso, atualmente, haveria duas semelhanças entre ambas as realidades, quais sejam: (i) a ideologia repressiva, expressa pelo culto à violência policial, a qual, no Brasil, é representada institucionalmente pela denominada “Bancada da Bala”; (ii) a intolerância com as minorias sexuais, com forte referência católica na França e evangélica, no Brasil. Para Chauí (2016), a expansão dos grupos radicais de direita no país está vinculada a um movimento pouco percebido dentro do fenômeno mais complexo das manifestações de junho de 2013, demonstrado tanto pela aceitação crescente de pautas ultraconservadoras pela opinião pública quanto pelo aumento da sua representatividade institucional na política brasileira. Como *corpus*, selecionamos o voto de Jair Bolsonaro proferido na Câmara dos Deputados na época em que era parlamentar, no dia 17 de abril de 2016, na sessão que aprovou a abertura do processo de *impeachment* da então presidente da república, Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores–PT), e três enunciados publicados em seu perfil oficial na rede social *Facebook*.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso Político. Extrema Direita brasileira. Interdiscurso. Argumentação.

**“A LINGUAGEM PARTICULAR DAQUELAS PESSOAS”:
O ÓDIO NA/À LÍNGUA E AOS SUJEITOS QUE A ELA SE IDENTIFICAM**

Bruno Molina Turra (Pesquisador independente)

Thaís de Araujo da Costa (UERJ)

RESUMOS: Nesta apresentação, filiando-nos ao aporte teórico da AD-HIL, propomo-nos a refletir acerca de políticas discursivo-argumentativas do ódio na/à língua. Para tanto, tomamos como acontecimento enunciativo motivador de nossas reflexões um fragmento da *live* realizada pelo então candidato eleito para a presidência do Brasil Jair Messias Bolsonaro após a aplicação do Enem 2018. No fragmento, o presidente eleito manifesta-se a respeito de uma questão sobre variação linguística cujo texto-base fazia referência ao *pajubá* – que, segundo esse mesmo texto, seria um “‘dialeto secreto’ utilizado por gays e travestis” –, afirmando que no exame de 2019 iria fiscalizar a prova para que não tivesse mais “isso daí”. A nosso ver, a partir da exibição da *live*, a censura anunciada por Bolsonaro (re)coloca em circulação o discurso do preconceito em relação a um determinado modo de dizer a língua e, uma vez que esta é aqui entendida como lugar de subjetivação, também dos sujeitos que a esse modo se identificam. O preconceito é da ordem da censura (Orlandi, 2002), pois tem como efeito uma forma de interdição, de proibição não só do dizer do Exame, que não poderá abordar temáticas até então abordadas, mas sobretudo de um modo de dizer, o *pajubá*, já que a censura anunciada por Bolsonaro não se refere ao tema da questão, mas à “linguagem particular daquelas pessoas”, agindo, ainda, sobre os sujeitos, sobre a existência “daquelas pessoas”, i.e., para quem o *pajubá* constitui-se como um signo de identidade. Em outras palavras, o silenciamento de modos de dizer implica o silenciamento de modos de ser, interditando subjetividades, regulando as relações sociais e, como demonstraram nossas análises, fazendo circular o discurso de ódio. Assim sendo, com vistas a demonstrar formas de manifestação desse tipo de violência no dizer, analisamos, num primeiro momento, o fragmento da *live* em que Bolsonaro se pronuncia a respeito da referida questão, buscando ainda identificar as marcas verbais e não verbais que dissimulam a filiação desse pronunciamento a um discurso autoritário (Orlandi, 2009), ilusoriamente o significando como da ordem do polêmico. Num segundo momento, considerando o funcionamento circular (Orlandi, 2002) do discurso preconceituoso – que, ao silenciar, produz preconceito e impede a circulação de outros sentidos, disseminando-se –, analisamos comentários feitos por apoiadores e opositores do presidente eleito a duas notícias sobre o seu pronunciamento publicadas nos sites G1 e *Exame*, visando depreender as discursividades (re)produzidas, por meio dessa política de gestão dos modos de dizer, não só sobre o *pajubá*, mas também sobre os sujeitos envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito linguístico. Lgbtphobia. Bolsonarismo. Discurso de ódio.

XENOFOBIA E SEXISMO NA PROPAGANDA ELEITORAL DO ALTERNATIVA PARA A ALEMANHA

Gabriella SILVEIRA HÓLLAS (UNICAMP)
gaby_hollas@yahoo.com.br

RESUMO: A imigração está, atualmente, no centro do debate internacional e constitui um tema que pauta a política de diferentes nações europeias. De um lado, grupos que celebram as boas-vindas aos recém-chegados. Do outro, movimentos que se manifestam contrários ao acolhimento, incitando a intolerância contra os que vêm de fora. Um dos países que atrai especialmente as atenções ao opor seu passado nacionalista às atuais políticas de imigração é a Alemanha. É especificamente o contexto desse país que nosso trabalho abordará. Em 2018 e 2019, o país passou por novas eleições federais e regionais, em que muito se noticiou sobre o notório crescimento do partido populista de direita alemão *Alternativa para a Alemanha (AfD)*. O partido se destaca por seu posicionamento contrário às políticas imigratórias da atual chanceler Angela Merkel e por se opor especialmente em relação à religião islâmica. Ele encontra-se atualmente sob observação do Departamento de Proteção da Constituição da Alemanha (BfV), que identificou, esse ano, alas mais extremistas. Considerando a relevância da temática imigratória e sua relação com a pauta política e movimentos da direita alemã, o presente trabalho se propõe a fornecer uma análise de cartazes de propaganda eleitoral do AfD nos últimos dois anos. Seu posicionamento contrário à imigração e à religião islâmica é justamente o tema que atravessa grande parte dos cartazes políticos produzidos pelo partido em suas campanhas, sobre os quais nossas análises e reflexões se debruçam. Nosso objetivo é, portanto, com base no aporte teórico da Análise Francesa como proposta por Michel Pêcheux, analisar, nos cartazes selecionados, a construção da identidade alemã em relação à figura do *Outro*, no caso o estrangeiro, em especial o muçulmano, entendido como um inimigo e uma ameaça à nação alemã, a seus hábitos e a sua cultura. Também almejamos investigar como se desenvolve a argumentação do partido em defesa de um Estado alemão avesso à pluralidade étnica e religiosa. Finalmente, gostaríamos de enfatizar a questão de gênero que se manifesta nos cartazes analisados, como os efeitos de sentido produzidos na relação entre a opressão e a sexualização da mulher, além de seu funcionamento argumentativo no que diz respeito às políticas de imigração.

PALAVRAS-CHAVE: Alemanha. Populismo de Direita. Campanha Eleitoral. Xenofobia.

ACONTECIMENTO E ARGUMENTAÇÃO:
POLÍTICAS DISCURSIVO-ARGUMENTATIVAS DO ÓDIO

No es por treinta pesos, es por treinta años

Marcia de Mello Saravia (Unicamp)

RESUMO: Durante 2019 vimos uma série de protestos sociais em alguns países como Equador, Bolívia, Haíti, Colômbia, Chile, Argélia e França. Os pacotes de reformas sociais apresentados pela maioria dos atuais governos destes países, o golpe e o pedido de renúncia de alguns presidentes, fizeram que o povo fosse às ruas gerando grandes manifestações e com isso declarando a crise do sistema capitalista. Em consequência a esta onda de massivos protestos, o(s) Estados responderam com fortes repressões, violência e discursos oficiais marcados pelo ódio. A partir do nosso interesse pelas políticas discursivo-argumentativas do ódio, tomaremos como objeto de trabalho os enunciados que surgiram durante os protestos que estão ocorrendo no Chile desde outubro do presente ano. Para isso, partiremos do próprio enunciado do presidente Sebastian Piñera que declarou através da imprensa: *“Estamos en guerra contra un enemigo poderoso, implacable, que no respeta a nada ni a nadie, que está dispuesto a usar la violencia y la delincuencia sin ningún límite”*, parafraseando ao próprio ex ditador Augusto Pinochet. Em oposição a este enunciado, o povo responde *“No estamos en guerra”* e *“no es por treinta pesos, es por treinta años”*, onde a primeira nega a guerra declarada pelo Estado e a segunda há uma recuperação da memória social referente aos problemas sociais e econômicos causados pelas privatizações dos serviços públicos no Chile pelos governos da Concertación no período pós-ditadura. A partir destes enunciados e de outros que (re)surgiram durante os protestos, vemos como o discurso de ódio e de violência se cruzam com a memória discursiva, pois no interior dos enunciados há uma exterioridade a outros acontecimentos discursivos que evidenciam a tensão de ódio e violência entre o Estado e a classe popular desde a época do governo da unidade popular de Salvador Allende e o período do regime militar de Pinochet. Deste modo, baseado na noção de memória discursiva de Courtine (1994b) e a teoria da argumentação de Ducrot (1990) o nosso objetivo é ver como o discurso de ódio, o seu interdiscurso e a memória se materializam na própria língua. Então, tentaremos responder a seguinte questão: como os sujeitos são interpeleados pelo discurso de violência e de ódio e como estes estão presentes na memória discursiva coletiva durante os acontecimentos dos protestos no Chile?

PALAVRAS-CHAVE: Acontecimento. Discurso Ideológico. Violência Discursiva. Interdiscurso.

PERSEGUIÇÃO AOS PROFESSORES:
UMA POLÍTICA DISCURSIVO ARGUMENTATIVA DO ÓDIO
NO BRASIL

Michele CORREA FREITAS SOARES (Univás) michelecfsoares@yahoo.com.br

Luciana NOGUEIRA (Univás) lulunog@yahoo.com.br

RESUMO: Nesse trabalho, nos propomos a analisar alguns recortes discursivos, estabelecidos por nós, da fala de professores que foram vítimas de ódio em redes sociais e analisar também alguns recortes de pronunciamentos de ódio, direcionados a eles. Consideramos que há uma política discursivo-argumentativa do ódio em funcionamento e isso se sustenta em discursos que circulam na atual conjuntura, como o do movimento Escola Sem Partido, por exemplo. Procuramos analisar esses dizeres de ódio nas redes sociais como acontecimentos enunciativos, de maneira que a enunciação é tomada como acontecimento, considerando sua relação com o interdiscurso e os enunciados que se entrecruzam em um momento dado (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 1989). Não é o ato de dizer algo a alguém, de praticar o ódio que nos interessa em termos analíticos, mas pensar como o sujeito e suas manifestações pela língua implicam gestos de linguagem que praticam a violência em suas diversas formas e até legitimações, inclusive pelo Estado. E, considerando isso, pensamos em como compreender a violência que resulta do ódio como um argumento para sustentar determinadas posições. Há diversas “manobras” discursivas utilizadas nos ataques, que são recorrentes nas mídias onde circulam esses discursos, em que são textualizadas “palavras de ordem” de agressão, de insulto, de ódio aos professores. De que maneira é, pela linguagem, construída essa direção argumentativa do ódio? O que está sendo naturalizado discursivamente para que haja engajamento dos sujeitos nessas práticas político-discursivas do ódio, na atual conjuntura no Brasil? Como e por que a partir de uma candidatura à presidência da república, de extrema-direita, tomou força, se formulou e circulou nas redes sociais uma política de ataque aos professores e que hoje pode ser vista no cotidiano das escolas brasileiras? Que imagem se fez circular na mídia sobre o professor, segundo o movimento Escola Sem Partido e amparado no atual governo, no sentido de situá-lo como inimigo da sociedade, sofrendo ataques de ódio? Para responder essas e outras questões, nos baseamos no mecanismo da antecipação que funciona pelas relações imaginárias, dirigindo o processo de argumentação, no acontecimento enunciativo. Além de ataques direcionados aos professores, também estão atacando as escolas e os teóricos, pensadores e cientistas que defendem uma escola livre e democrática para todos, como é o caso dos ataques recorrentes a Paulo Freire. Para análise do que propomos, nos apoiaremos em GUILHAUMOU e MALDIDIER (1989), GUIMARÃES (2002), ORLANDI (1998; 2002), SAFATLE (2017); ŽIŽEK, 2011 [2009].

PALAVRAS-CHAVE: Discurso de ódio. Discurso e Argumentação. Escola sem partido. Professores.

**SOBRE DOSES DE FASCISMO NA LINGUAGEM:
REFLEXÕES INICIAIS SOBRE O DISCURSO DO TRIGÉSIMO
OITAVO GOVERNO**

Rudá da Costa PERINI (UFF/CAPES)
Ruda_perini@hotmail.com

RESUMO: “Palavras podem ser como minúsculas doses de arsênico: são engolidas de maneira despercebida e parecem ser inofensivas; passado um tempo, o efeito de veneno se faz notar”; nos adverte Klemperer em *LTI: a linguagem do terceiro reich* (2009). Muito afetada pela obra de Klemperer, a presente proposta de comunicação consiste em uma exposição dos primeiros passos da reflexão que se (des)trama em minha tese de doutoramento na qual me debruço sobre as marcas que um governo autoritário deixa na linguagem. A proposta em tela encontra sustentação na Análise de Discurso de perspectiva materialista (AD). Postulada, principalmente, por Michel Pêcheux na França e continuada por Eni Orlandi no Brasil, a AD se constitui no nó entre materialismo histórico, linguística saussureana, teoria do discurso e psicanálise, e sua preocupação teórico-analítica central é compreender o funcionamento do discurso em dadas condições de produção. Para dar conta de seu complexo objeto (o discurso), a AD se apoia nas seguintes noções que funcionam como pressupostos teórico-metodológicos: *ideologia* (entende-se aí: a Ideologia como mecanismo ahistórico produtor das evidências do sujeito e do sentido; e as ideologias como conjunto de práticas e representações históricas que atuam como forças, relacionadas às posições de classes, em disputa em dada formação social); *língua* (sistema linguístico-histórico-social fluido – base material dos processos discursivos – que, sempre afetado pela ideologia, constitui o sujeito enquanto sujeito da/à língua); *discurso* (objeto teórico sempre inacabado da AD, compreendido como efeito de sentidos entre locutores; prática social materializada na linguagem); e *sujeito* (um sujeito dividido porque constituído pelo inconsciente, portanto não está no controle absoluto do que diz e, ao tomar a palavra, é sempre uma posição-sujeito afetada pela língua, pela ideologia e pela história). A partir desses pressupostos, proponho investigar o funcionamento do discurso do trigésimo oitavo governo brasileiro. Como questão inicial de pesquisa, debruço-me sobre o conceito de fascismo com o objetivo de entender seus limites para pensar a conjuntura política brasileira atual. Assim, posta-se a pergunta: até que ponto podemos afirmar que o trigésimo oitavo governo é fascista? Essa questão surge do incômodo suscitado por certa banalização do conceito na contemporaneidade o que, no limite, esvazia o significante *fascismo* produzindo sua ressignificação de muitos modos. Por esse caminho, a investigação desdobra-se rumo à análise do discurso político, sobretudo das falas públicas (gestos de enunciação) do então presidente da república, que, em sua materialidade, dão a ver as doses de fascismo que engolimos diariamente.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso materialista. Discurso político. Trigésimo oitavo governo. Fascismo.

